

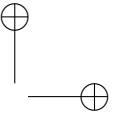
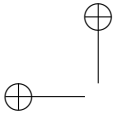
# DISPOSITIVOS E DISPONIBILIDADE



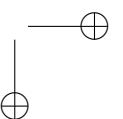
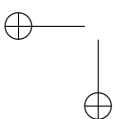
João Tiago Pedroso de Lima

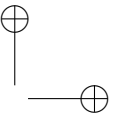
1990

[www.lusosofia.net](http://www.lusosofia.net)



Texto republicado pela LUSOSOFIA com  
autorização da Direcção da APF  
[Associação de Professores de Filosofia](#)





LUSOSofia:press

Covilhã, 2010

FICHA TÉCNICA

Título: *Dispositivos e Disponibilidade*

Autor: João Tiago Pedroso de Lima

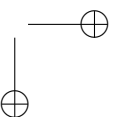
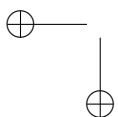
Colecção: Artigos LUSOSOFIA

Design da Capa: António Rodrigues Tomé

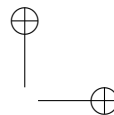
Composição & Paginação: Filomena S. Matos

Universidade da Beira Interior

Covilhã, 2010







## **Dispositivos e Disponibilidade para uma elaboração da questão do Ensino da Filosofia *enquanto* questão\***

**João Tiago Pedroso de Lima**

Escreve Heidegger que todo o questionar essencial da filosofia permanece necessariamente inactual. Que se esteja, por assim dizer, de acordo ou em desacordo com o que tal afirmação possa significar talvez não seja o que, para *aqui*, se revele verdadeiramente do *nosso* interesse. O que está muito longe de pretender ser o mesmo do que sustentar a natureza menos aliciante ou até menos essencial do problema.

O que *aqui* nos interessa – ou seja, o que tentamos delimitar como sendo o “aqui” a partir do qual procuramos encetar este esboço de reflexão – é possível que vise objectivos diferentes. Por um lado, interessamos questionar o que, ao mesmo tempo, nos mostra e nos esconde essa in-actualidade essencial da filosofia ou, pelo menos, tentar entrever (por muito pouco que seja) de que poderá ser sintoma a afirmação dessa in-actualidade. Para tal será decerto indispensável que nos detenhamos, desde logo, na própria ideia de actualidade e de inactualidade.

Por outro lado, o que poderá ser o campo dos nossos interesses estende-se a uma das dimensões mais problemáticas e simultaneamente mais iniludíveis da própria filosofia, hoje: precisamente as relações que

---

\* Texto originalmente publicado na Revista da [Associação de Professores de Filosofia](#), *Cadernos de Filosofia*, nº2 (Jan/1990 [sobre Heidegger]), pp. 91-98.





ela (a filosofia) mantém com o (seu) ensino. Relações que subsistem pouco pacíficas, apesar da cumplicidade que a filosofia, desde sempre, procurou preservar relativamente à educação. Também neste ponto a importância do pensamento heideggeriano nos parece ser fundamental. Não por motivos que aqui poderiam parecer de circunstância, mas indiscutivelmente por razões essenciais.

E isto porque, no nosso entender, tentar questionar o ensino da filosofia (que – nem deveria ser preciso lembrá-lo – implica, e ao mesmo tempo está implicado em, uma filosofia de ensino) sem procurar evidenciar os laços indissociáveis que todo o ensino mantém com uma determinada, ainda que não necessariamente unívoca, concepção de saber (em particular, de saber filosófico) não pode deixar de se constituir como um esforço infrutífero. O mal-estar do qual vive, em grande parte, o ensino da filosofia nos nossos dias talvez tenha alguma coisa a ver com isto. Quer dizer, não tanto com o que seria uma incapacidade, mas certamente com uma não disfarçável indisposição para *pensar* o essencial da questão do ensino da filosofia. Afinal, *para pensar o ensino da filosofia enquanto questão*.

Já demos a entender que, para se procurar entrever aquilo de que poderá ser sintoma a afirmação heideggeriana sobre a essencial in-actualidade da filosofia, nos parece ser indispensável nunca deixar de ter em atenção a própria ideia de actualidade e de in-actualidade. Ideia essa, aliás, igualmente sintomática. Talvez nos seja permitido aceder àquilo de que ela será sintoma sem, para isso, nos arriscarmos em demasia a perder de vista o que faz da filosofia algo de necessariamente inactual. Senão, atente-se:

“A filosofia é essencialmente inactual porque pertence ao conjunto daquelas raras coisas das quais o destino é o de nunca poder encontrar uma ressonância imediata na sua própria actualidade, (...) a filosofia não é sequer um saber que se poderia adquirir directamente como conhecimentos de ofício e técnicas (...) e avaliar sempre segundo o seu carácter utilizável.





Mas o que é inutilizável pode mesmo assim, e ainda mais por essa razão, ser uma potência. (...) O que é inactual imporá o seu próprio ritmo. É o que se passa com a filosofia. É por isso que se não pode também fixar, de uma vez por todas, a função da filosofia e deduzir daí o que é preciso exigir dela. (...) A única coisa que se pode dizer é o que a filosofia não pode ser e o que ela não pode dar.”<sup>1</sup>

Antes de mais, importa notar que – caso se esteja na disposição de conceder a este enunciado heideggeriano a importância que, pelo menos na nossa opinião, não parece ser razoável dispensar (e isto, repetimos, para além do facto de estarmos de acordo com ele ou não...) –, por se tratar de um problema com indiscutível gravidade, não o devemos abordar levemente. Mas, ao mesmo tempo, é mais do que provável que de muito pouco nos sirvam alarmismos precipitados. Talvez seja conveniente, para já, que nos tentemos dar conta daquilo a que não será decerto exagerado chamar exigência permanente de actualidade. É uma exigência, aliás, completamente actual. É uma exigência própria de um tempo como o nosso; um tempo em que, *por exemplo*, todos os enunciados de natureza denegativa (embora, em rigor, eles sejam sempre mais do que *simples* denegações...) *pecam* precisamente por não provocarem “uma ressonância imediata”.

Não é de espantar, portanto, que estas palavras de Heidegger sobre (o que não é) a filosofia causem uma sensação de indisfarçável estranheza; principalmente em quem lida, de um modo mais ou menos quotidiano, com qualquer coisa que, em *rigor*, não sabe muito bem de que se trata.<sup>2</sup> Ora, é importante que se não receie essa estranheza *apenas*

<sup>1</sup> Martin Heidegger, *Introduction à la métaphysique*, trad. franc., Paris, Gallimard, 1967, pp. 20-21.

<sup>2</sup> Não ignoramos, decerto, quão perigoso se poderá tornar um enunciado sobre a filosofia de tipo meramente denegativo (na medida em que talvez seja essencialmente pluri-interpretável...) numa discussão mais orientadamente institucional. Por exemplo, quando se quer retirar a disciplina *filosofia* dos curriculos do ensino secundário, é provável que a afirmação de que a respeito da filosofia só se pode dizer o que ela não é se revele pouco eficaz. O que não quer dizer, ainda assim, que se não deva questionar a lógica desse tipo de argumentação entretanto oficializado. De facto, não sabemos,





pelo facto de ela ser incómoda. é importante porque – desconfiamos – seria demasiado fácil não dar ao enunciado heideggeriano o significado e o alcance que ele realmente possui. Não é de espantar, portanto, a estranheza que fica. Daí que o que talvez mereça ser questionado não seja tanto essa estranheza em si mesma, mas sobretudo o facto de ela nada ter de espantoso.

Da afirmação heideggeriana sobre a essencial in-actualidade da filosofia será de inferir que em torno desta se viva um ambiente de completo desinteresse? Pelo menos, o que quase todos os dias nos é dado a observar parece sustentar precisamente o contrário. É o próprio Heidegger, de resto, quem não deixa de se referir, noutra ocasião, a isso mesmo: “Ninguém quererá contestar que existe hoje um interesse pela filosofia. Mas haverá ainda alguma coisa pela qual o homem se não interesse – pelo menos no sentido que se dá, nos nossos dias, à palavra interesse?”<sup>3</sup>

Sem pretendermos afirmar, de uma forma pura e simples, que o que hoje suscita interesse se revela necessariamente actual (e vice-versa...), nem por isso nos achamos no direito de ignorar a interpretação heideggeriana sobre como, nos nossos dias, é entendido esse interesse: “para o interesse moderno apenas conta o que é ‘interessante’. A característica do que é ‘interessante’ é que isso pode, no instante imediatamente seguinte, ter-se tornado para nós indiferente e ser substituído por outra coisa que nos concerne exactamente tão pouco quanto a precedente. Hoje é frequente acreditar que se estima uma coisa pelo facto de se achar que ela é ‘interessante’. Na verdade, um tal juízo faz do que é

---

em rigor, se a disciplina *filosofia* é algo que deva ser intransigentemente defendido sem reservas de qualquer espécie. Ou melhor: sabemos que o *não* é. O mesmo não é permitir, entenda-se, a sua extinção pura e simples do sistema de ensino. Muito longe disso.

E também por estas razões que nos encontramos ainda – e certamente nos encontraremos nos tempos mais próximos... – longe, demasiado longe, de poder pensar o ensino da filosofia *enquanto* questão.

<sup>3</sup> Martin Heidegger, *Qu'appelle-t-on penser?*, trad. franc., Paris, P.U.F., 1959, p. 23.







interessante qualquer coisa de indiferente e depressa faz dela qualquer coisa de aborrecido.”<sup>4</sup>

Será talvez excessivo concluir daqui que a indesmentível curiosidade (chamemos-lhe assim...) que a filosofia desperta seja algo, em si mesmo, de condenável. Não é tanto disso que se trata. Simplesmente tão ampla curiosidade, da qual quotidianamente nos são dadas inúmeras “provas”, tem talvez tanto de interessante quanto de ilusório. Não que a importância das ilusões seja de todo menosprezável. Contudo, torna-se igualmente difícil não concluir que muito do carácter efémero daquilo pelo qual se manifesta hoje “interesse” se encontra intimamente ligado à exigência permanente de actualidade de que atrás falávamos. Essa exigência, de tão familiar, tornou-se-nos *natural* – adquiriu, mesmo que disso não nos tenhamos dado conta (ou se calhar por essa razão mesma!...), um estatuto, por assim dizer, *ideológico*. De tal modo que cada vez menos nos parece ser permitido aceder às razões da sua inevitabilidade.

Torna-se difícil aceder ao questionar essencial da filosofia – que, recorde-se, para Heidegger, é necessariamente inactual – sem que, antes de mais, tentemos entrever as causas deste interesse “actualista” que ela suscita.

Talvez deste modo consigamos encetar um caminho que nos faça aproximar do que seja pensar o ensino da filosofia *enquanto* questão.

Pensar o ensino da filosofia *enquanto* questão depende, desde logo, de uma convicção incontornável, segundo a qual a questão do ensino da filosofia é, *em si mesma e por direito*, uma questão filosófica. Ou seja: o ensino da filosofia, enquanto for tematizado como mero modo de transmitir, com maior ou menor eficácia, *não importa que* conhecimentos, não está ainda a ser questionado, não está ainda a ser pensado *enquanto* questão. Daí que tenhamos alertado, desde o início, para a necessidade de se procurar evidenciar os laços indissociáveis que todo o ensino mantém com uma determinada concepção de *saber*.

O que significa saber? “Saber com efeito significa: *poder aprender*.”

---

<sup>4</sup> *ibidem*.





O senso comum acredita, é claro, que aquele que possui um saber é aquele que já não precisa de aprender, porque já terminou a sua aprendizagem. Mas não: só sabe aquele que compreende que deve sempre recomeçar a aprender e que, na base desta compreensão, se colocou antes de tudo em estado de *poder aprender* sempre. É muito mais difícil do que possuir conhecimentos.

O poder de aprender pressupõe o poder de questionar.”<sup>5</sup>

Aquilo em que o senso comum acredita não pode ser, sem mais, menosprezado. É que o senso comum é essencialmente *ideológico*. De facto, o senso comum sustenta, e ao mesmo tempo é sustentado por, *uma* concepção de saber. Esta concepção de saber institui-se, de um modo contínuo e cada vez mais alargado, como *a* concepção de saber. Assim, ela traduz – e a expressão não poderia ser aqui mais preci(o)sa – a intensidade e a extensão de um domínio que, no nosso tempo, é exercido pela essência da técnica.

Trata-se, portanto, de uma questão de *tradução* e, por isso mesmo, de uma questão iniludivelmente filosófica. (Arriscaríamos mesmo a impertinência de afirmar que se trata *da* questão filosófica.) No gesto desse traduzir que transformação se opera?

Regressemos ao *sapere* latino. Trata-se de um verbo que vive (de) uma certa indecisão. Por um lado, tem uma dimensão, digamos, *transitiva*, quando é conhecer, compreender, determinado objecto. Por Outro lado, passeia-se – e de um modo não menos essencial – numa saborosa intransitividade ( e da qual Banhes não se esqueceu ...), sem por isso dispensar prudência e inteligência. E é esta dimensão *intransitiva* que a tradução essencial que a técnica faz do saber obstinadamente reduz a um insignificante pormenor etimológico. Um sintoma dessa essencial tradução é a crença do senso comum para a qual nos alerta Heidegger. De facto, um dos traços mais fundamentais da dominação essencial da técnica é precisamente o chamado “pensamento da única via” (*eingleisige Denken*). Contudo, quando se fala em “pensamento da única

<sup>5</sup> Martin Heidegger, *Introduction à la métaphysique*, trad. franc., Paris, Gallimard, 1967, p. 34.





via”, “o termo “pensar” equivale a “ser da opinião que”, a “acreditar que” (*Meinen*) (...) Mas não se deve decerto entender esta crença como insignificante. Todos os nossos actos e todos os nossos gestos se movem no âmbito desta crença e é preciso que assim seja.”<sup>6</sup>

Referíamos atrás, citando Heidegger, que “a filosofia não é sequer um saber que se poderia adquirir directamente como conhecimentos de um ofício e técnicas”. É possível que, a partir daqui, nos possamos acercar um pouco mais do que seja pensar o ensino da filosofia *enquanto* questão.

Ensinar filosofia é difundir saber. Esta di-fusão não se limita a ser obviamente uma transmissão de conhecimentos. Já o vimos: saber é muito mais do que possuir conhecimentos. Ora é isso precisamente que o ensino da filosofia, *enquanto* di-fusão do saber, interdita : que alguém tenha, na sua posse, o saber.

Difundir consiste exactamente nisto mesmo impedir quer a  *fusão*, quer a  *fundação* do saber. É assim que a di-fusão do saber é disseminante, na medida em que destrói a unicidade de significação ninguém comunga do *mesmo* saber. É assim, por outro lado, que a di-fusão do saber não é con-fundível com, por exemplo, um ecletismo, uma vez que este é um saber fundado no seu conformismo.

Ensinar filosofia é, portanto, difundir saber. E é por esta razão mesma que “aquele que ensina está muito menos seguro na sua tarefa do que aqueles que aprendem na sua”.<sup>7</sup> Ora, é essa *essencial* insegurança dos que ensinam filosofia que constitui a verdadeira *sapientia* – só ela permite que se possa estar disponível para recomeçar sempre a aprender.

---

<sup>6</sup> Martin Heidegger, *Qu'appelle-t-on penser?*, trad. franc., Paris, P.U.F., 1959, p. 96.

<sup>7</sup> *ibidem*.

